

## **O Arquivo Público Mineiro, a imprensa e a construção histórica de Minas Gerais<sup>1</sup>**

Samuel ANDRADE<sup>2</sup>

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG

### **Resumo**

A partir do conceito de dispositivo de matriz foucaultiana, deteremo-nos sobre a Revista do Arquivo Público Mineiro e alguns dos estudos sobre a imprensa publicados em suas páginas. Nosso esforço é para identificar como esses elementos eram incorporados no arranjo institucional do Arquivo Público Mineiro, que buscava construir Minas Gerais como sujeito histórico no novo contexto republicano do país.

**Palavras-chave:** imprensa; história; Minas Gerais; dispositivo.

### **Preâmbulo**

Em julho de 1895, por meio da Lei n. 126, foi criado o Arquivo Público Mineiro (APM). A lei dispunha que a nova repartição deveria adquirir, receber, conservar e classificar, de maneira sistemática, “todos os documentos concernentes ao direito público, à legislação, à administração, à história e geografia, às manifestações do movimento científico, literário e artístico do Estado de Minas Gerais” (MINAS GERAIS, 1896a).

Tal lei, que versava sobre a organização e o modo de funcionamento do Arquivo, as normas para aquisição, classificação e consulta de documentos, e o detalhamento dos cargos e funções de seus funcionários, também determinava que o órgão criasse e editasse uma revista periódica. Pelo decreto n. 860, que promulgou o Regulamento do Arquivo, deveriam ser impressos 1000 exemplares da revista, numa periodicidade mínima de três meses. O diretor do APM acumularia a função de editar a revista, sendo responsável por definir o “formato” da publicação (escolha dos tipos e qualidade do papel) e por conduzir sua distribuição. Na Revista do Arquivo Público Mineiro (RAPM)<sup>3</sup> deveriam estar

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP História do Jornalismo do XV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UFMG, email: [samuel.elianandrade@gmail.com](mailto:samuel.elianandrade@gmail.com)

<sup>3</sup> A RAPM circula de maneira flutuante desde 1896, variando em periodicidade e linha editorial. Durante sua primeira fase, a revista foi publicada sem interrupções desde sua fundação, em 1896, até 1913. A segunda fase configurou uma

insertos os escritos históricos, biográficos, estatísticos, topográficos, (...) [elaborados] acerca dos acontecimentos, homens, coisas notáveis de Minas Gerais; os documentos (menos os reservados), notícias, composições literárias e memórias ou monografias interessantes sobre os mesmos assuntos inéditos ou não vulgarizados que houver no Arquivo, (...) os catálogos e índices dos livros e documentos do Arquivo que forem organizados na repartição; as referências de ofertas de livros, documentos, opúsculos, periódicos e outros objetos adequados à natureza da instituição; atos oficiais com relação a ela e quaisquer notas ou excertos consoantes aos seus fins. (MINAS GERAIS, 1896b)

Por esse arranjo, prescrevia-se para a Revista um variado repertório de textos - como transcrições de documentos oficiais, monografias historiográficas, notícias relacionadas a Minas Gerais e a elaboração de catálogos e índices dos documentos do APM - conformando-a, desde então, como um instrumento essencial à publicização dos documentos e da pesquisa histórica. (PAULA, 2007)

Grande parte dos estudos de perspectiva histórica sobre a imprensa mineira são devedores do APM e de sua revista (ARAÚJO, 2008). O Arquivo é responsável, desde a sua fundação, por constituir um rico acervo de jornais e revistas, hoje distribuídos entre o APM e a Hemeroteca Histórica da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa. Quanto à revista da instituição, nela foi publicada a primeira monografia historiográfica sobre a imprensa em Minas Gerais, assim como estudos e índices relativos aos periódicos mineiros, belorizontinos e sabarenenses. Mais que uma obviedade, porém, a atenção dedicada pelo APM à imprensa e à circulação dos periódicos nos parece sintomática de um modo de fazer história. Nesse sentido, a Revista do Arquivo emerge como dimensão concreta e perceptível de uma rede de elementos que se encadeiam para conservar, classificar e organizar documentos, mas também para produzir conhecimento histórico.

Neste artigo, nos deteremos sobre a Revista do Arquivo Público Mineiro e alguns dos estudos sobre a imprensa publicados em suas páginas, numa tentativa de identificar como esses elementos eram incorporados em um arranjo institucional que buscava construir Minas Gerais como sujeito histórico no novo contexto republicano do país.

Esse esforço é motivado por uma pesquisa que desenvolvemos sobre a figuração da morte em jornais belorizontinos do século XIX. Neste momento, focar nossa investigação no APM parece um movimento válido por, pelo menos, duas razões. Primeiramente, pelo fato de que boa parte dos jornais do século XIX que consultamos atualmente pertenceram ao

---

circulação intermitente entre os anos de 1921 e 1937. Em 1975 houve a retomada da publicação, editada sem regularidade até 1995. A quarta e última fase teve início em 2005 e se mantém até hoje.

acervo da instituição. Em segundo lugar, porque o APM foi o órgão responsável por primeiro agrupar, organizar e produzir conhecimento a respeito desses jornais. Nesse sentido, acreditamos desenvolver neste artigo questões metodológicas importantes - ainda que preliminares - de um estudo comunicacional que assume uma perspectiva histórica: entender e admitir que esses arquivos que nós constituímos como objetos hoje já foram, há muito tempo, tocados, organizados, sistematizados, e, principalmente, lidos de diferentes maneiras ao longo dos anos. Entender também que essas leituras, e o conhecimento produzido a partir delas, ajudam a conformar o olhar do pesquisador que se debruça hoje sobre os jornais publicados mais de um século atrás.

Partindo das elaborações de Michel Foucault sobre dispositivo, e ancorando nossa discussão em alguns de seus leitores e comentadores, iremos nos deter sobre o Arquivo Público Mineiro, buscando entendê-lo como um dispositivo histórico constituído por uma rede de dimensões institucionais, epistemológicas e relacionais. Por derivar de uma pesquisa sobre o jornalismo mineiro, este artigo tem como foco os textos publicados durante a primeira fase de circulação da RAPM (1896-1913) que se referem à imprensa e aos periódicos do estado. Tal recorte nos levará então ao segundo movimento analítico, que visa a observar como a RAPM, ela mesma tomada como dispositivo, responde a uma demanda de publicidade do Arquivo Público Mineiro e promove a visibilidade do conhecimento histórico produzido pela instituição.

### **Breves anotações sobre o conceito de dispositivo**

É no primeiro volume da História da Sexualidade que Foucault introduz a noção de dispositivo, sem, no entanto, oferecer uma definição clara para o termo. Seu empreendimento consiste em desenvolver um arranjo filosófico que dê conta das complexidades e instabilidades das relações de poder (BUSSOLINI, 2010). O primeiro passo desse projeto é negar o postulado de que o poder estaria ancorado na enunciação da lei e centrado na soberania do Estado - o que Foucault denomina “formas jurídicas de poder” (2013). Segundo ele, essas formas fixam um entendimento linear do poder, manifesto em relações de proibição e barragem, submissão e obediência - um poder que emana de um foco único de soberania (o Estado) e deriva por instituições e classes, resultando em dualidades como opressor e oprimido, poder e submissão.

Em contraponto a essa visada, Foucault assume que as relações de força não devem ser buscadas em um ponto central, uma vez que está por toda parte e provém de todos os lugares. O filósofo diz que “o poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada.” (2012, p. 103) Isso implica dizer que, como forma de compreender o poder, a noção de dispositivo abarca:

- a) um caráter relacional, manifesto em correlações de força que não partem de um foco para o outro e não atendem a uma verticalidade, mas que se difundem e se criam em rede, constituindo poder, resistência, luta e afrontamento;
- b) uma dimensão constitutiva, na qual os embates constituem o próprio domínio onde se exercem e se criam as “cadeias ou sistemas ou, ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si”. (FOUCAULT, 2013, p. 102). Em outras palavras, a situação complexa de embates é a própria condição de possibilidade do poder, “cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais” (FOUCAULT, 2013, p. 102)..

Em uma entrevista, algum tempo depois da publicação da História da Sexualidade, Foucault esboça uma definição mais precisa de dispositivo:

Através deste termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas.(...) O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. (FOUCAULT, 1979, p. 244)

Rede na qual, continua o autor, “existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes” e que “em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência.” (1979, p. 244)

Por esta passagem, Foucault parece menos preocupado com os aparatos e edifícios do poder que com os arranjos e configurações que uma multiplicidade de elementos heterogêneos pode fazer funcionar – o que, para Bussolini (2010), agrega uma função analítica, e não apenas filosófica, para a compreensão das mudanças e instabilidades próprias das relações de força.

Bussolini (2010) afirma ainda que o conceito de dispositivo, quando tomado como ferramenta metodológica, é relevante para o aspecto da teoria da história de Foucault segundo o qual “nós não somos mais ou estamos nos tornando, numa inventividade perpétua”(p.4), ou seja, de que os dispositivos trazem em si a marca de seu tempo, mas também contribuem para conformá-lo. Assim, a noção de dispositivo ajuda a explicar a diferença entre períodos históricos, ao mesmo tempo em que representa um encadeamento substancial de objetos, meios e discursos. Ecoa também o entendimento desenvolvido por Foucault em trabalhos anteriores segundo o qual só é possível pensar a possibilidade de emergência de um objeto histórico a partir das táticas, lutas e embates que o conformam, distanciando-se da compreensão segundo a qual o passado seria organizado, ofereceria objetos prontos e sujeitos determinados (DOLINSKY, 2011).

Giorgio Agamben (2005), ao fazer uma genealogia do termo dispositivo em Foucault, esclarece que sua dimensão constitutiva e colada ao tempo é procedente do conceito de positividade: “um conjunto de práxis, de saberes, de medidas, de instituições cujo objetivo é de administrar, governar, controlar e orientar, em um sentido em que se supõe útil, os comportamentos, os gestos e os pensamentos dos homens.” (AGAMBEN, 2005, p. 12).

A leitura que Gilles Deleuze (1990) faz de Foucault, denominando uma “filosofia do dispositivo”, igualmente ecoa o caráter organizador do dispositivo. Tomando-o como um novo, o filósofo identifica no dispositivo a confluência de várias linhas de natureza distintas. Linhas de enunciação; de visibilidade, que definem regimes de luz, que conformam o visível; de força, que revelam a dimensão do poder e da tensão entre as linhas anteriores. Entender o dispositivo não seria, então, identificar e descrever seus elementos, mas desvelar seu aspecto relacional: os arranjos que, ao definir regimes de enunciação e de luz, constituem sujeitos e objetos.

Tais reflexões de Foucault, dos seus leitores e comentadores, nos parecem ricas na conformação do conceito de dispositivo como ferramenta metodológica. Nos próximos tópicos, adotaremos a noção de dispositivo histórico como um instrumento de aproximação do passado que busca “não a uma realidade subterrânea que se apreende com dificuldade”, como diria Foucault (2013, p. 116), mas a uma rede de superfície em que as relações e embates conformam o próprio tempo. Tomando o Arquivo Público Mineiro e sua revista como dispositivos, pretendemos compreender uma rede de relações que se formou no seio

dessa instituição, as disputas e embates que a constituíram e o modo como a imprensa adentrou o projeto do APM de construir uma história de Minas Gerais.

### **O Arquivo Público Mineiro: um arranjo para fazer história**

João Pedro Xavier da Veiga, notável intelectual e historiador, foi o primeiro diretor do Arquivo Público Mineiro e, conseqüentemente, editor da Revista do Arquivo. No primeiro número da publicação, sob o título de “Palavras Preliminares”, Xavier da Veiga (1896) comentou a importância de uma instituição como a que dirigia:

Notável escritor contemporâneo [Teophilo Braga], referindo-se a um incêndio que ameaçou recentemente destruir a Torre do Tombo, conta-nos a apreensão esmagadora que por alguns minutos dominou-o, persuadido, como estava, que ‘extinto esse riquíssimo e incomparável Arquivo, Portugal perdia os documentos de sua autonomia moral, e ficava reduzido a um simples território que mais facilmente se tornaria um anexo da Espanha. (p. 1)

Referindo-se ao incêndio do século XIX que ameaçou destruir a Torre do Tombo, um dos mais importantes arquivos de Portugal, Xavier da Veiga destaca a importância dessa instituição como um lugar simbólico em que se resguardavam os limites territoriais e a soberania portuguesa. Não estranha que ele inicie seu texto dessa forma - o Brasil tornara-se uma República apenas cinco anos antes da criação do APM, contexto de incertezas e apreensões quanto à nova política e as delimitações territoriais dos estados federativos.

Nas províncias do Império, os arquivos eram difusos e desorganizados, distribuídos entre diferentes repartições, sem zelo pela classificação e ordenação desses documentos. As instituições arquivísticas do país eram precárias, escassas de “amplitude, não só nos edifícios respectivos como na organização eficaz dos múltiplos e importantes serviços que lhes são peculiares”. (VEIGA, 1896, p. 2) Com o advento da República e o estabelecimento dos Estados da Federação, Xavier da Veiga julgava que a organização dos documentos históricos era fundamental para assegurar a autonomia dos Estados e para fortalecer a disputa por posições no cenário político nacional, o que sinalizava para a importância de um novo regime de historicidade para Minas Gerais. (MEDEIROS; ARAÚJO, 2007)

É recorrente, e não sem razão, que se atribua a Xavier da Veiga um papel central nesse arranjo de um novo regime de historicidade para o arquivo mineiro. Bruno Medeiros e Valdeci Araújo (2007), ao mapearem a historiografia do Brasil do século XVIII aos primeiros anos do século XX, mostram como o empreendimento de Xavier da Veiga à

frente do APM se caracterizava, principalmente, por uma recusa ao entendimento de uma história nacional totalizante.

Segundo os autores, até o século XVIII, predominava na historiografia feita no Brasil um formato literário em que a inconclusividade e a fragmentação eram modos de enfrentar a dispersão real e simbólica do território brasileiro. Este formato, denominado corografia ou história local/particular, associava-se ao memorialismo para a produção de um conhecimento histórico que simulava um mosaico: seriam produzidos relatos para unidades territoriais autônomas, que poderiam ser totalizados em um momento futuro. Nesse sentido, a correlação dessas histórias singulares em um quadro mais amplo seria similar a uma história geral ou universal.

Em um modelo seguinte, que vai da segunda metade do século XVIII às primeiras décadas do século XIX, as histórias naturais imprimiram um novo padrão de racionalidade sistêmica para a historiografia. Nele, a corografia fora inserida de maneira ambígua. Na medida em que apresentavam a realidade local, chocavam-se com o projeto naturalista, cuja sistematicidade demandava descrições taxonômicas e rigor descritivo.

Já ao longo do século XIX, constituiu-se no Brasil o programa das histórias nacionais modernas, que teve como principal baluarte o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838, que buscava produzir uma história de forte cunho nacionalista, tendo como marco principal do país o evento da Independência. O projeto totalizante de uma história nacional levado a cabo pelo IHGB priorizou um modelo explicativo geral, em detrimento das histórias particulares, colocando para escanteio a autonomia que estas gozavam até então. Assim, definiu-se que as épocas (o tempo) e o Estado Imperial eram as dimensões fundamentais da história geral, que seria marcada pelas rupturas e pela conformação da identidade nacional em cada uma dessas épocas, deixando de lado as características territoriais e locais (do espaço).

Junto com a República, porém, nascia a necessidade de uma reorganização da história nacional, fortemente marcada pela nova configuração dos Estados federados. Nesse contexto, as histórias regionais eram potencialmente mais adaptadas às disputas políticas que se delineavam na república. Se as histórias particulares foram apagadas ao longo do século XIX pelo ideário de uma história geral, elas, no entanto, não deixaram de ser produzidas. Primeiro porque “sua ênfase no acúmulo dos vestígios antigos, dos



monumentos e efemérides parecia responder a uma vontade de passado que o modelo da grande história política era incapaz de satisfazer plenamente”, segundo porque “essa tradição historiográfica transformou-se em uma forma de resistência ao modelo político hegemônico representado na história geral.” (MEDEIROS; ARAÚJO, 2007, p. 28)

“Especialmente em Minas, a leitura liberal da formação do Estado como elemento aniquilador das autonomias locais alimentou uma tradição historiográfica subterrânea, na qual foi produzida uma leitura alternativa do processo de Independência que valorizou as diversas iniciativas do período colonial. (...) A criação do Arquivo Público Mineiro (APM) deve ser vista no interior desse novo momento qualitativo na relação entre esses dois grandes veios historiográficos. A República e um novo padrão de cientificidade levariam a uma revalorização dos gêneros utilizados na redação das histórias locais. (MEDEIROS; ARAÚJO, 2007, p. 29)

O ideário da história geral culminava, assim, na produção de uma história nacional, reflexo de um arranjo político altamente centralizador. Mas o contexto da República mudou os arranjos do fazer histórico, conforme identificou José Pedro Xavier da Veiga: “descentralizada a vida nacional e despertos os Estados da velha apatia letárgica, já começam eles a prover sobre a necessidade, essencial à própria autonomia, de organizarem séria e sistematicamente os seus Arquivos”. (1896, p. 2)

O APM, sob direção de Xavier da Veiga<sup>4</sup>, conformou-se assim como um lugar simbólico em que poderia ser levado a cabo o projeto político de reconstituição histórica de Minas Gerais, seguindo o veio corográfico e das histórias locais. Tal empreendimento, que parece não ter deixado de vislumbrar os danos potenciais de um incêndio como o que acometeu a Torre do Tombo, reflete-se na empresa hercúlea de resgatar, sistematizar e manter a salvo o maior número de documentos possíveis sobre Minas Gerais. Para cumprir esta tarefa, Xavier da Veiga foi responsável por criar e manter uma rede de correspondentes que atendia a dois propósitos. Em primeiro lugar, ela deveria contribuir para o incremento do arquivo, salvando os documentos históricos que estavam dispersos, espalhados pelo estado, “atirados e esquecidos em recantos sombrios, amalgamados num verdadeiro labirinto sem fio condutor, às vezes pasto de traças e expostos à humidade que os delia” (Veiga, 2007, p. 2). Para esta tarefa, o diretor se ocupava de um intenso diálogo com outras instituições arquivísticas, órgãos públicos e colecionadores particulares que se dedicavam à organização de documentos com o objetivo de contribuir para a construção da história de Minas Gerais.

---

<sup>4</sup> Xavier da Veiga dirigiu o APM até 1900, ano de sua morte. Segundo Paula (2007), os outros diretores que estiveram à frente do arquivo durante a primeira fase da RAPM continuaram seu empreendimento historiográfico – Augusto de Lima (1901-1910) e Francisco Soares Peixoto de Moura (1911-1913).



Segundo Marisa Silva (2007), “essas pessoas procuravam preservar anos de trabalho e dedicação, conseguindo algum reconhecimento através da doação de manuscritos ou de publicações periódicas à Instituição.”(p. 83).

O outro propósito da rede nada tinha a ver com documentos, notas corográficas, efemérides e memórias. Estabelecidas com homens de grande destaque no cenário político mineiro e nacional, mas que não tinham comprometimento com o fazer histórico, essas outras relações foram eminentemente políticas:

Quando incluiu na lista dos correspondentes nomeados o próprio governador do Estado (...) e pessoas de alta importância no meio político da época, a última coisa que Xavier da Veiga esperava deles era sua dedicação na busca de documentos antigos e sua remessa à Instituição. Era esse, contudo, um meio de afirmar-se politicamente. (p. 78)

Tratava-se, portanto, de uma rede que buscava legitimar e fortalecer o APM, num esforço de garantir a sobrevivência da instituição em um cenário política e economicamente instável.

Os correspondentes, sejam os políticos ou os colecionadores, são elementos fundamentais para entendermos o APM como um dispositivo histórico. Levantar a cabo um projeto como o proposto pelo APM demandou o acionamento de uma rede complexa, que abarcava, como buscamos mostrar, a) uma dimensão institucional e legal, que definia a criação de uma repartição pública para cuidar dos arquivos e dos documentos mineiros ; b) um modo de conceber a produção histórica, que recusava o caráter totalizador da história nacional e fortalecia a produção das histórias locais; c) uma rede de correspondentes, que contribuíam para a manutenção do acervo documental e para a legitimação política do Arquivo. Certos de que estes elementos dão conta apenas da dimensão “visível” e “enunciável” deste dispositivo, buscamos indicar como eles funcionavam no projeto de criar a imagem de Minas Gerais como um novo sujeito histórico – moderno, republicano e autônomo. Resta saber agora como a imprensa adentrava esse mesmo projeto, tanto a partir da construção de memória sobre jornais e revistas, quanto da publicação de uma revista própria do Arquivo.

### **A Revista de um arquivo que se lia e se forjava**

“Sem eles [os documentos], pois, quantos enigmas e mistérios impenetráveis nas páginas do passado! Quantos ensinamentos perdidos! E quantos sacrifícios desaproveitados (...) em prol da Liberdade, da Justiça, do Progresso e da Pátria” (Xavier da Veiga, 1896, p. 2)

A passagem acima, presente nas Primeiras Palavras de Xavier da Veiga sobre a Revista do Arquivo, demonstram o grande entusiasmo que ele nutria pelos arquivos. Emerge deste seu texto uma noção dos documentos como fatos (ou registros de fatos) inegáveis, que conservam os grandes feitos dos homens. Mas se sem os documentos os mistérios do passado estariam inacessíveis, como ele argumenta, é a partir de sua organização, sistematização e, principalmente, publicização, que eles se tornam visíveis. Talvez por isso a Revista do Arquivo seja festejada por ele como um instrumento basilar para que o APM cumpra seu projeto histórico para Minas Gerais. Xavier da Veiga fala da Revista como um instrumento de publicidade, “que alarga e vivifica o efeito benéfico da instituição à medida por que ela se dilata por todos os círculos sociais”. (1896, p. 2) Com uma tiragem média de 1000 exemplares, distribuída entre correspondentes e instituições arquivísticas de todo o país, e também disponível para venda e consulta no próprio APM, a Revista alcançava boa circulação nacional entre seu público “ilustrado”.

No conjunto heterogêneo que era o dispositivo APM durante sua primeira fase, talvez a Revista do Arquivo tenha sido um dos seus elementos centrais. Em certa medida, porque respondeu ao propósito da publicidade de seu projeto, como já explicitamos. Mas também porque ela, como afirma João Antônio de Paula (2007), foi o instrumento que melhor traduziu e condensou o espírito da instituição. Pois o APM, ao produzir uma publicação institucional, lia a si próprio: lançava um olhar para seus arquivos; selecionava os mais relevantes; criava catálogos e índices sobre este material; produzia e publicava monografias, notícias e notas corográficas sobre a história de Minas Gerais. Dito de outra forma, a Revista se debruçava sobre a própria instituição que a sustentava - ao mesmo tempo que falava sobre o arquivo, era parte dele. Assim o APM se forjava, manipulava sua própria imagem e a imagem de Minas Gerais como sujeito histórico. É por esse jogo de forças que acreditamos que a Revista seja o dispositivo mais contundente criado no seio do APM.

No que se refere às publicações impressas do estado, a RAPM não só produziu conhecimento histórico sobre a imprensa, mas também parece ter se adiantado, em algumas décadas, ao movimento que pensa a produção historiográfica com a imprensa, adotando os acervos da mídia impressa como importantes fontes históricas.

Conforme aponta Tania Regina De Luca (2005), até a década de 1970 se reconhecia a importância de se escrever a história da imprensa, mas a possibilidade de se fazer história

por meio da imprensa ainda encontrava seus opositores. Essa resistência remonta a uma tradição de lida com os documentos como objetos puros, neutros e fidedignos – qualidades que os jornais, considerados como registros fragmentários, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões, não atendiam.

É a partir da segunda metade do século XX que se fortalece uma nova perspectiva sobre a concepção de documento, influenciada por uma corrente de historiadores franceses denominada Nova História. Como explica De Luca (2005), as contribuições analíticas “provenientes de outras Ciências Humanas(...) incentivavam a interdisciplinaridade e traziam contribuições metodológicas importantes, forçavam o historiador a refletir sobre as fronteiras da sua própria disciplina.” (p. 112) Nesse movimento, alargou-se o campo temático e metodológico da História, que integrou às análises políticas e macroeconômicas tradicionais do campo uma diversidade de aspectos dos sistemas culturais, nos quais a mídia desempenhava importante papel. Essa mudança se revelou nitidamente no título das pesquisas, “que incluíam o inconsciente, o mito, as mentalidades, as práticas culinárias, o corpo, (...) as mulheres, aspectos do cotidiano, enfim uma miríade de questões antes ausentes do território da História”. (p. 113)

Em geral sob o título de “Relação das revistas, jornais e outras publicações oferecidas ao Arquivo Publico Mineiro”, a RAPM disponibilizou, quase que anualmente, catálogos e índices sobre os materiais de seu acervo, constituindo assim um instrumento importante para a pesquisa historiográfica. Junto a isso, publicou, em sua primeira fase, três importantes monografias: “A Imprensa em Minas Gerais”, de Xavier da Veiga (1898); “O Jornalismo em Sabará”, de Arthur Campos (1901); e “A imprensa em Belo Horizonte”, de Joaquim Nabuco Linhares (1903).

Em um primeiro momento, as monografias destacadas acima remetem à história *sobre* a imprensa. Mas, se consideradas nos imbricamentos do dispositivo APM e de seu projeto histórico, elas parecem conformar um fazer histórico *com* a imprensa. Na monografia de Xavier da Veiga, primeiro estudo publicado sobre a imprensa mineira, isso se torna bastante claro. Ainda que atrasada em relação aos países da Europa e às colônias espanholas, Xavier da Veiga considera a criação da imprensa mineira um “poderoso agente de progresso e liberdade” (1898, p. 170). Em seu estudo, o autor narra a implantação da primeira imprensa de Minas Gerais, em 1807. Antes dela, houve apenas uma outra experiência semelhante no país, datada de 1747, mas que fora logo suprimida pelo Rei de Portugal. Já a Imprensa

Régia, oficial do Império, só viria a ser criada um ano mais tarde, em 1808. Pela vanguarda dessa empreitada, Xavier da Veiga considera a implantação da imprensa em Minas de uma “notoriedade singular”:

1º, por ter sido, após a régia destruição da tipografia de Antônio Izidoro da Fonseca, em 1747, no Rio de Janeiro, o primeiro lugar do Brasil em que ressurgiu a imprensa (1807), um ano antes da tipografia mandada estabelecer pelo príncipe regente no Rio de Janeiro; 2º, por ter sido essa imprensa mineira, bem como a tipografia que se lhe seguiu e que editou o primeiro periódico mineiro, de produção toda mineira – chapas, prelos, tipos e mais utensílios. (VEIGA, 1898, p. 175)

Percebe-se, nessa passagem, que o desenvolvimento de uma oficina tipográfica em solo mineiro, ao olhar de quem analisa e descreve o acontecimento 91 anos depois, é considerado um elemento de distinção e notoriedade para o estado – o que se encaixa na tentativa de remontar a uma história monumental desse território. Marca também o lugar de Minas Gerais em relação às outras unidades federativas: uma província potencialmente autônoma, cujos homens são capazes de construir uma tipografia sem maquinário do Império, e cuja vanguarda a distancia da imobilidade das outras províncias.

Tal posicionamento encontra eco nas exposições de Joaquim Nabuco Linhares<sup>5</sup>, em “A imprensa em Belo Horizonte”: “Das ex-províncias brasileiras coube à de Minas a glória de ser a quarta a contribuir com um periódico para o jornalismo nacional”.(1903, p. 585). O autor reconhece o salto progressista impulsionado pela implantação da imprensa, e vê na produção jornalística sua principal contribuição.

Por esses breves escritos relativos à implantação da imprensa em Minas Gerais, é possível notar como o dispositivo histórico do APM ramifica seu projeto de forjar o estado como sujeito histórico. Mais que uma história sobre a imprensa do estado, estes estudos compõe o amplo dispositivo da RAPM, fazendo-se fonte, memória e capítulo de uma história de Minas Gerais.

### **Considerações finais**

Neste artigo, buscamos, como diria Deleuze (1990), “desemaranhar as linhas” do dispositivo histórico que foi o Arquivo Público Mineiro durante sua primeira fase e também identificar a Revista do Arquivo como elemento central desse projeto de tessitura da história de Minas Gerais.

---

<sup>5</sup> Nabuco foi um ávido colecionador de jornais, e tudo que coletou conforma hoje a Coleção Linhares Digital, administrada pela Escola de Ciências da Informação da UFMG.

Se, como aponta Foucault (2013), os dispositivos respondem a uma urgência, nossa análise buscou demonstrar como as conformações políticas e territoriais do Brasil no século XIX foram fundamentais para que o APM tivesse os contornos que o caracterizaram: uma instituição mais preocupada em forjar a história de seu estado que em simplesmente recolher e organizar documentos públicos mineiros. Ao tentar identificar alguns dos elementos que constituíam esse dispositivo, nos voltamos às suas dimensões discursivas (o saber histórico construído pelo APM), mas também às dimensões institucionais, legais e práticas. Quanto à Revista do Arquivo, buscamos destacar seu papel central no projeto historiográfico e fortemente político do APM. Nesse sentido, pelos traços elencados aqui, podemos dizer que a fixação da imprensa em Minas Gerais e a consolidação dos periódicos mineiros não são capítulos apenas de uma história social dos meios de comunicação, mas estão imbricados na própria história forjada (no sentido que esta palavra carrega de fabricação e imaginação) para Minas Gerais.

## REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo. **Outra Travessia Revista de Literatura**, Ilha de Santa Catarina, n.5. p. 9-16. 2005.
- ARAÚJO, Maria Marta. Uma história de precursores e ativistas. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, ano XLIV, Nº I, p. 20-23, 2008.
- BUSSOLINI, Jeffrey. What is a Dispositive? **Foucault Studies**, n. 10, p. 85-107, nov. 2010.
- CAMPOS, Arthur. O Jornalismo em Sabará. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, ano VI, p. 107-112, 1901.
- DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005.
- DELEUZE, Gilles. ¿Que és un dispositivo? In: BALBIER, E. et al. **Michel Foucault, filósofo**. Barcelona: Gedisa, 1990, p. 155-161. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento.
- DOLINSKI, João Pedro. A Arqueologia foucaultiana e suas contribuições para a Historiografia. **Interseções** (UERJ), v. 13, p. 370-395, 2011.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade – A vontade de saber** v.1. 13ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 2013
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 13ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- LINHARES, Joaquim Nabuco. A imprensa em Belo Horizonte. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, ano VIII, p. 583-614, 1903.

MINAS GERAIS. **Arquivo publico Mineiro - Lei n. 126, de 11 de julho de 1895.** Cf. Revista do Arquivo Público Mineiro, ano I, fascículo 1, p. 175-177, janeiro-março de 1896a.

MEDEIROS, Buno; ARAÚJO, Valdei. A história de Minas como história do Brasil. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, ano XLIII, Nº I, p. 22-37, 2007

MINAS GERAIS. **Decreto n. 860.** Cf. Revista do Arquivo Público Mineiro, ano I, fascículo 1, p. 178 - 196, janeiro-março de 1896b.

PAULA, João Antônio de. História revista e passada a limpo. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, ano XLIII, Nº I, p. 52-73, 2007.

TUCHERMAN, Ieda . Michel Foucault hoje, ou ainda: do dispositivo de vigilância ao dispositivo de exposição da intimidade. **Revista FAMECOS**, PUC- Rio Grande do Sul, v. 27, p. 40-48, 2005.

SILVA, Marisa. O artífice da memória. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, ano XLIII, Nº I, p. 74-91, 2007.

VEIGA, José Pedro Xavier da. A Imprensa em Minas Gerais. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Ouro Preto, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, ano III, , p. 169-239, 1898.

VEIGA, José Pedro Xavier da. Palavras Preliminares. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Ouro Preto, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, ano I, fascículo I, p. 1-6, 1896.